ARQUITETURA DE UM CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO E O PAPEL DO TERCEIRO SETOR PARA ÁREA DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PRESIDENTE PRUDENTE-SP

Christian Macena Pires, Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes Borges

Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE, curso de Arquitetura e Urbanismo, Presidente Prudente, SP. E-mail: christianmacena@hotmail.com

RESUMO

O trabalho presente, tende a mostrar a necessidade de uma arquitetura de uso comunitário para uma área que apresenta vulnerabilidade social na cidade de Presidente Prudente e o papel do Terceiro Setor inserida na mesma. O objetivo do trabalho foi diminuir o índice de vulnerabilidade na cidade, através da assistencialização que o centro comunitário poderá fornecer para a comunidade onde será implantado. O estudo também apresenta a área da cidade que passa pelo problema e esclarece os principais fatores e índices de vulnerabilidade neste local da cidade. Pode-se concluir a partir de então de acordo com a metodologia, análises e estudos presentes, a necessidade de uma arquitetura que possa atender famílias que vivem em situações de necessidades em áreas de vulnerabilidade da cidade de Presidente Prudente.

Palavras-chave: arquitetura, vulnerabilidade social, centro comunitário, Terceiro Setor, Presidente Prudente.

ARCHTECTURE OF A COMMUNITY CENTER AND ROLE OF THIRD SECTOR FOR A SOCIAL VULNERABILITY AREA IN PRESIDENTE PRUDENTE-SP

ABSTRACT

Present study tends to show a need of an architecture of community use for an area that presents social vulnerability in Presidente Prudente city and role of Third Sector inserted in the same. The study's goal was to reduce the vulnerability index in the city through the assistance that community center provides to the community where it will be implemented. The methodology presents an area of the city that goes through the problem and clarifies the main vulnerability factors of the city. It can be concluded that according to the methodology, analyses and presents studies, the necessity of an architecture that may assist families living in situation of need in areas of vulnerability of the city of Presidente Prudente.

Keywords: architecture, social vulnerability, community center, Third Sector, Presidente Prudente.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta como um centro social comunitário pode assistencializar famílias, através do serviço do Terceiro Setor, mitigando a vulnerabilidade social de uma área em Presidente Prudente.

Segundo Evangelista e Vasconcelos (2010), de acordo com dados coletados em uma organização que realiza este tipo de assistência na cidade de Presidente Prudente, empreende-se neste local, atividades que proporcionam conhecimento no desenvolvimento social, educacional, moral, físico, psíquico e até profissional para os mais necessitados, acolhendo a quem procura sem qualquer discriminação.

Ainda de acordo com Evangelista e Vasconcelos (2010), o Estado foi incapaz de mitigar as necessidades da sociedade, principalmente daqueles que mais precisavam, isso levou a iniciativa

de organizações não governamentais (ONGs) e entidades filantrópicas a se responsabilizarem pela ajuda ao próximo por solidariedade, que atualmente é conhecida como Terceiro Setor.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a situação de vulnerabilidade está associada com ausência ou debilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, entre outras formas de violência decorrendo de grupos familiares ou indivíduos. É preciso colocar que a vulnerabilidade pode acontecer de diversas maneiras no meio social, pode ser por exploração de menores, abuso infantil, uso de drogas, fragilidade socioeconômica, dentre outros fatores relacionados a estes exemplares. Do mesmo modo, que pode acontecer dentre as diferentes faixas etárias, desde a criança, ao jovem, adulto ou idoso, no âmbito individual ou familiar (ARAUJO, 2014).

A área adotada para estudo está localizada na região sudeste da cidade de Presidente Prudente, onde se encontra bairros com índices altos de vulnerabilidade social, apresentando famílias cadastradas em programas de renda mínima, crianças e jovens em situação de exclusão escolar, alto índice de adultos a procura de emprego e também residências que se encontram em situações precárias e insalubres (SIMESPP 2011).

O objetivo é diminuir a vulnerabilidade social do local, seja em qual for sua necessidade ou qual faixa etária atingir, através de assistência que o centro social comunitário poderá desenvolver através de atividades e serviços para a sociedade.

METODOLOGIA

A metodologia abordada para esta pesquisa é de âmbito social, já que apresenta dados socioeconômicos, culturais e educacionais. Utilizando uma bibliografia que atende a temática apresentada, recorrendo também ao uso de mapas que possibilitam melhor compreensão da escala de vulnerabilidade afetada no local de estudo. Outras alternativas como estudos de mapas, levantamentos e análise de campo e as características que o compunham, fizeram parte para a elaboração deste trabalho. Trazendo as necessidades levantadas para solucionar os problemas de vulnerabilidade social local.

RESULTADOS

A presente área de estudo destaca-se por ser uma área de alta vulnerabilidade, sendo assim, existem famílias em situação de exclusão social, ou em processo da mesma, de baixa renda ou renda média baixa, além de ser uma área que se encontra crianças e jovens em processo de exclusão escolar e um alto índice de procura de emprego local, que fora a porção norte da cidade, é a maior no território de Presidente Prudente. Estas afirmações são feitas a partir da leitura e análise dos mapas que demonstram em quantidade e nível as vulnerabilidades que atingem a área de estudo. As mesmas são apresentadas nos mapas a seguir.

Na figura 1, os destaques em vermelho representam as áreas de maior influência desse cadastro, ou seja, famílias que se enquadram cadastradas no programa de renda mínima.

FIGURA 1 – Famílias cadastradas no programa de renda mínima.

Fonte: SIMESPP (2011). Modificado pelo autor (2017).

Na figura 2, apresenta outro fator que influencia muito a exclusão social, que é a exclusão escolar, impossibilitando cada vez mais o desenvolvimento educacional dessas famílias, propiciando o aumento de famílias que vivem em situação de exclusão em Presidente Prudente.

FIGURA 2 – Áreas de exclusão escolar – Crianças e jovens fora da escola.

Fonte: SIMESPP (2011). Modificado pelo autor (2017).

Na figura 2, apresenta a Área de Influência Indireta (AII) que engloba uma porção maior da área de estudo e também a Área Diretamente Afetada (ADA), que é em si a área de estudo, ambas com altos índices de exclusão.

FIGURA 3 – Pessoas cadastradas a procura de emprego.

Fonte: SIMESPP (2011). Modificado pelo autor (2017).

Na figura 3, mostra o nível de procura de emprego na área de estudo. Que é resultante dos mapas que indicam as famílias cadastradas no programa de renda mínima, e consequentemente no alto índice de exclusão escolar de crianças e jovens.

DISCUSSÃO

Embasando a questão social que é muito presente nesta pesquisa, afirma segundo Lopes (2011), durante a década de 1920 e 1930, poucos aspectos da questão trabalhista e social eram abrangidos no direito social brasileiro, sua ascensão realmente aconteceu após a Revolução de 1930. Então neste período, tem-se a institucionalização do serviço social como profissão de processos sociais, políticos e econômicos que marcaram as relações sociais. O mesmo autor ainda ressalta que a questão social teve ênfase a partir do momento em que começa a ter um olhar peculiar para diferenças entre classes sociais, ou seja, para a desigualdade que existe entre as classes. Com isso o objetivo real do profissional responsável pela questão social é claramente mitigar as situações de pobreza ou qualquer tipo de inferioridade vivida pelas famílias das classes menos favorecidas.

Para que isso aconteça, como dito na introdução o Estado foi incapaz de cuidar desses assuntos sozinhos, advindo assim o chamado Terceiro Setor. Sendo assim vamos entender de onde vem essa terminologia. O Primeiro Setor – Público (Estado) tem as ações organizadas e delimitadas por arcabouço legal. É dotado de poderes em face da sociedade, para que possa atuar em seu benefício, devendo ser sua atuação dirigida a todos os cidadãos. O Segundo Setor – Privado (Mercado) tem como objetivo a troca de bens e serviços que busca o lucro e sua maximização. E o Terceiro Setor – Público – Porém privado, é composto de organizações de fins não econômicos que visam o atendimento de necessidades coletivas da sociedade, conforme o artigo 44 do Código Civil brasileiro. Pertencem ao Terceiro Setor: associações, fundações, organizações religiosas, organizações sindicais e os partidos políticos (BENTO, 2010 p. 26).

Conforme Evangelista e Vasconcelos (2010), compreende-se como Terceiro Setor, organizações desprovidas de fins lucrativos que atuam junto aos problemas sociais, que surgiu

através de diversos conflitos, por fatores socioeconômicos, criado por grupos afim de beneficiar direta ou indiretamente as pessoas que mais necessitam. Sendo assim o Terceiro Setor vem, não visando qualquer tipo de recompensa ou remuneração, mas sim o desenvolvimento social e melhoria nas condições de vida das pessoas, com ajuda do Estado e/ou outras organizações não governamentais, como empresas e até mesmo vindo de próprias pessoas. Essa entidade, não vem para tratar o ser humano como um desvalido, através do assistencialismo que traz, pelo contrário, vêm para admiti-lo e reestruturá-lo nas práticas de ações, independentemente de política, ideologias ou crença dos beneficiados.

Ainda citam as autoras que um dos maiores problemas enfrentados, não é a questão financeira e de como manter um centro social, mas sim a questão do voluntariado, pois, para que diversas atividades, cursos e projetos sejam realizados, necessita-se de voluntários especializados em determinadas áreas, como serviço social, psicologia, área da educação e até mesmo da saúde, são poucos exemplos que existem dentro de um centro social. E quando existem, dificilmente permanecem, já que é um trabalho que exige algumas competências, como doar-se com compromisso à entidade. “Qualquer organização social terá êxito na medida em que tem clara definição dos objetivos a que se propõe, estabelece uma sequência de ações para alcança-los e os executa com eficácia.” (DOHME, 2001, p. 25).

O trabalho voluntário é um meio de mitigar as necessidades sociais, de forma a ajudar no desenvolvimento da mudança social, tencionando o crescimento e a melhoria para a sociedade, todavia, isso acontece sem nexos empregatício ou remuneração. E de acordo com Evangelista e Vasconcelos (2010, p. 19) afirma que o voluntariado é “uma manifestação de amor, compaixão e solidariedade em forma de ação.”

Segundo Guimarães e Cabral (2017), o trabalho voluntário está intimamente ligado a área do serviço social, porque por muitas vezes os assistentes sociais desenvolvem um papel importante na atuação do Terceiro Setor na sociedade. Afirmando assim que o designado Terceiro Setor é fundamental sim para o desenvolvimento da sociedade. Com isso Domeneghette (apud EVANGELISTA; VASCONCELOS, 2010, p. 20) afirma que “o voluntário é o componente mais importante do Terceiro Setor; é ele quem realiza as ações que integram e movem as empresas sem fins lucrativos.”

E segundo Dohme (apud EVANGELISTA; VASCONCELOS, 2010 p. 21), pondera-se que:

Ao analisarmos essa definição, encontraremos quatro elementos: qualificação; satisfação; doação e realização. Vejamos, se bem que rapidamente, cada um deles:

- Qualificação: o conceito moderno de voluntariado está muito ligado à execução de um trabalho qualificado, que leva em conta o talento e as habilidades de quem o executa.
- Satisfação: é um trabalho exercido com prazer, garra, que fascina e dá um sentimento de plenitude a quem o executa. É a busca da obtenção de resultados sociais que coincidem com seus valores pessoais e sua visão de futuro para a comunidade em que está inserido.
- Doação: a entrega de horas de sua vida em prol do próximo, da comunidade, é resultado de um amor transbordante, que precisa se materializar por meio da ação.
- Realização: é um trabalho que tem compromisso com o êxito, com o sucesso, que está determinado a cumprir os objetivos propostos.

Segundo Padoin e Virgolin (2010), a vulnerabilidade social é uma definição originada da área dos Direitos Humanos. Referindo-se a um conjunto de pessoas ou indivíduos fragilizados, seja juridicamente ou politicamente, no progresso, proteção ou defesa de seu direito à cidadania. Mesmo sendo um conceito que surgiu recentemente, existe entre os autores especialistas dessa

temática, de que a vulnerabilidade social apresenta um caráter de diversos aspectos e que pode ser visto por múltiplos lados, a partir das quais pode-se apontar situação de vulnerabilidade em indivíduos separadamente, em famílias ou em comunidades, que são conjuntos de famílias que estão na mesma situação.

Outro fator relevante é o papel da escola. Ela exerce grande influência no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Além de ser um local onde esses menores passam maior parte do tempo dentro de uma comunidade. A escola junto com a comunidade, junto com as famílias, traz a humanização e educação, permitindo que as crianças e adolescentes construam sua autonomia e sentimento de pertencerem à um grupo social (PEREIRA, 2010).

As relações no âmbito de vulnerabilidade social, geram crianças, adolescentes e famílias dependentes e passivas, com a dignidade consideravelmente comprometida. Estes menores e suas famílias se assimilam com características negativas pessoais, relacionadas as próprias falhas, advindas de suas condições histórico e sociocultural. De forma quase irrevogável este ciclo se instala, substanciando a condição de pobreza, não apenas no sentido material, mas principalmente no sentido afetivo (PEREIRA, 2010).

Esses indivíduos desde muito jovens já trazem consigo esse sentimento de inferioridade, incapacidade, desvalorização, sem qualquer reconhecimento social ou algo que os ajude a perceber seu potencial como ser humano. Essas questões sociais devem ser encaradas no trabalho com pessoas que se encontram na situação de vulnerabilidade, visto que exercem forte influência sobre o comportamento das famílias, sendo assim da comunidade em geral (PEREIRA, 2010).

CONCLUSÃO

Podemos concluir que um centro social comunitário pode beneficiar o desenvolvimento da sociedade em diversos aspectos. Além de aumentar o número de pessoas inclusas socialmente, em educação, cultura, lazer e até profissionalização, também visa mitigar os problemas causados por uma sociedade já vulnerável, que afetam crianças, jovens e adultos, interferindo na formação familiar e consequentemente no desenvolvimento da mesma.

Sendo assim áreas como a apresentada na pesquisa, com exclusão social, famílias de baixa renda cadastradas em programas de renda mínima, crianças e jovens em processo de exclusão escolar e pessoas cadastradas a procura de emprego, dentre outras vulnerabilidades que afetam as famílias, poderiam ser assistencializadas, e através desse atendimento e cuidados sociais, serem minimizadas ou até solucionadas, através do papel do Terceiro Setor, que visa atender famílias vulneráveis para seu desenvolvimento na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, J. **Educação não formal: Políticas públicas para juventude em situação de risco e vulnerabilidade social**, 2014. Mestrado – Universidade do Oeste Paulista, UNOESTE, Presidente Prudente.

BENTO, D. G. **Contabilidade e Gestão no terceiro setor: um estudo bibliométrico em periódicos nacionais**. 2010. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

DOHME, V. D. **Voluntariado: equipes produtivas: como liderar ou fazer parte de uma delas**. São Paulo: Mackenzie, 2001.

EVANGELISTA, J.I.; VASCONCELOS, R.M. **Voluntariado E Seu Impacto Na Construção De Uma Sociedade Melhor: Um Estudo De Caso No Centro Social Fraternidade São Damiano De Presidente Prudente/Sp**. (2010). 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Administração. Faculdade de

Ciências Jurídicas, Administrativas e Contábeis de Presidente Prudente. Universidade do Oeste Paulista, UNOESTE.

LOPES, L. H. M. **Serviço Social: Surgimento e Institucionalização no Brasil** 2011. 80 f. São Paulo. Editora Sol. Universidade Paulista – UNIP.

PADOIN, I. G.; VIRGOLIN, I. W. C. **A Vulnerabilidade Social Como Uma Dificuldade A Participação Política**. In: Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, 15, 2010, Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.unicruz.edu.br/15_seminario/seminario_2010/CCSA/A%20VULNERABILIDADE%20SOCIAL%20COMO%20UMA%20DIFICULDADE%20A%20PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20POL%C3%8DTICA.pdf>. Acesso em: 29 Mar. 2017.

PEREIRA, S. E. F. N. **Redes sociais de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas**. 2009. 320 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PEREIRA, S.E.F.N. **Crianças E Adolescentes Em Contexto De Vulnerabilidade Social: Articulação De Redes Em Situação De Abandono Ou Afastamento Do Convívio Familiar**. Artigo (2010).

SISTEMA DE INFORMAÇÃO E MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS (SIMESPP), campus de Presidente Prudente.